

## CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO: A EXPRESSÃO DO MOVIMENTO

### ESCOLA SEM PARTIDO

CONSERVATISM AND EDUCATION: THE EXPRESSION OF THE ESCOLA SEM  
PARTIDO MOVEMENT

CONSERVADURISMO Y EDUCACIÓN: LA EXPRESIÓN DEL MOVIMIENTO  
ESCOLA SEM PARTIDO

Milena Maciel Perovano<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo visa analisar o Escola sem Partido, movimento que se define como apartidário, mas que é uma expressão dos movimentos conservadores. Sendo os movimentos conservadores compreendidos como uma aliança entre neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média. O objetivo deste trabalho é analisar em que medida os movimentos conservadores atuam no cenário educacional brasileiro. A metodologia escolhida é a análise bibliográfica e a realização de entrevistas com professores da educação básica. Todos os professores entrevistados conhecem o Escola sem Partido, e a maioria relata experiências de controle em relação à direção escolar, assim como episódios que envolvam um controle exacerbado de pais de alunos, fato que resulta em uma insegurança de estar em sala de aula, assim como de perder seus empregos.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; conservadorismo; educação.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the Escola sem Partido, a movement that defines itself as nonpartisan, although it's an expression of the conservative movements. The conservative movements are understood as an alliance among four elements: neoliberal, neo-conservatives, authoritarian populists, and the new middle class. The objective of this article is to analyze how the conservative movements act in the Brazilian educational scenario. The methodology chosen is the bibliographical analysis and the accomplishment of interviews with teachers of basic education. All teachers interviewed are familiar with Escola sem Partido, and most of them report experiences of control in relation to school management, as well as episodes involving an exacerbated control by parents of students, a fact that results in an insecurity of being in the classroom, as well as of losing their jobs.

**Keywords:** Escola sem Partido; conservative movements; education.

**Resumén:** Este artículo tiene como objetivo analizar la Escola sem Partido, un movimiento que se autodefine como apartidista, pero que es una expresión de los movimientos conservadores. Siendo los movimientos conservadores entendidos como una alianza entre neoliberales, neoconservadores, populistas autoritarios y la nueva clase media. El objetivo de este trabajo es analizar en qué medida operan los movimientos conservadores en el escenario educativo brasileño. La metodología escogida es el análisis bibliográfico y la realización de entrevistas a docentes de educación básica. Todos los docentes entrevistados conocen Escola sem Partido, y la mayoría refiere experiencias de control sobre la gestión escolar, así como episodios de control exacerbado por parte de los padres de los alumnos, hecho que redundará en la inseguridad de estar en el aula, así como en perdiendo sus trabajos.

<sup>1</sup> Licenciada em Ciências Sociais, UFF – Campos dos Goytacazes (2022). Email: milenaperovano@gmail.com

**Palabras-chave:** Escola sem Partido; conservatismo; educación.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta e resume algumas ideias discutidas na monografia de mesmo título, defendida em fevereiro de 2022. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar em que medida os movimentos conservadores, através do movimento Escola sem Partido, atuam no cenário educacional brasileiro, à luz de Michael Apple (2003), que compreende o movimento conservador como uma aliança plural e com pontos discordantes, mas que se articula para atacar a educação, principalmente a pública.

Os objetivos específicos são analisar a dinâmica dos movimentos conservadores no Brasil e analisar o contexto social e político em que o Escola sem Partido está inserido. Como metodologia, além da análise bibliográfica, optei pela realização de entrevistas com 10 professores que atuam na educação básica, que serão realizadas de maneira remota, através de trocas de áudio no aplicativo WhatsApp. O objetivo é analisar a percepção dos professores quanto à presença do conservadorismo no ambiente escolar, assim como os reflexos do movimento Escola sem Partido. Nesse sentido, este artigo se baseia, também, em entrevistas com professores da educação básica.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: inicialmente explico o movimento Escola sem Partido, abordando o que é o movimento e quais seus objetivos; em seguida, o Escola sem Partido e suas variações, onde apresento outros projetos de lei com o mesmo conteúdo ou pequenas variações do ESP; depois, apresento a expressão do Escola sem Partido na mídia, onde é possível notar que mesmo com poucos projetos aprovados, os ideais do movimento são amplamente divulgados; a seguir, discuto conservadorismo e educação, fazendo uma análise bibliográfica do tema, principalmente através de Michael Apple (2003) e Luis Felipe Miguel (2018), que analisam os movimentos de direita/conservadores, e apresento outros exemplos da expressão conservadora no cenário educacional brasileiro; o próximo tópico é referente as entrevistas e análises e, por último, trago as considerações finais.

## 2. ESCOLA SEM PARTIDO

O Escola Sem Partido foi criado em 2004, segundo seu site oficial, “para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e

universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários” (ESP, 2018).

O movimento acredita que há doutrinação ideológica nas escolas e universidades e visa combater esta doutrinação através da busca de uma suposta neutralidade<sup>2</sup>. Miguel Nagib<sup>3</sup>, advogado e criador do Escola Sem Partido, se inspirou em um modelo norte-americano e resolveu dar início ao movimento no Brasil, definiu-o como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem vinculação política, ideológica ou partidária, formado por alunos e pais que compartilham os ideais do movimento.

Outra forma de atuação do movimento é através do Programa Escola Sem Partido, que disponibiliza um anteprojeto de lei (nos âmbitos federal, municipal e estadual) e decretos (estadual e municipal). Um anteprojeto é como um esboço para a elaboração de projetos de leis, que, segundo o site da Câmara dos Deputados, um projeto de lei pode ser proposto por qualquer parlamentar e por qualquer cidadão desde que cumpra as exigências estabelecidas (BRASIL, 2021).

Mesmo se identificando como um movimento apartidário, foi através de políticos de direita que o Escola sem Partido começa a ser amplamente difundido. Em 2014, o primeiro projeto de lei referente ao Escola Sem Partido foi apresentado por Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Após isso, o anteprojeto proposto por Miguel Nagib começa a ser utilizado e divulgado e gera novos projetos de lei propostos em âmbito municipal, estadual e federal.

O Programa Escola sem Partido atua através de uma proposta de lei que obriga a fixação de um cartaz que apresenta os deveres do professor em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio. Os deveres são categorizados da seguinte forma:

- O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

---

<sup>2</sup> O movimento Escola sem Partido considera como neutralidade a ausência de doutrinação política e ideológica. Além disso, para o movimento, o que o aluno aprende na escola deve ser autorizado e estar em acordo com os ideais da família do estudante. Nesse sentido, discussões sobre gênero, sexualidade, desigualdades sociais, etc., para o ESP, estão incluídas num debate político e que deve ser combatido dentro das escolas.

<sup>3</sup> Em agosto de 2020, Miguel Nagib encerra sua participação no Movimento Escola Sem Partido, segundo ele, devido à pouca aderência da população e falta de divulgação do movimento. Porém, continua ativo em suas redes sociais, compartilhando os mesmos ideais.

- Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
- O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula;” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021).

Além dos deveres do professor, a proposta de lei traz outros tópicos, como a preocupação com a abordagem das “questões de gênero”, ou “ideologia de gênero”, como difundido por apoiadores do movimento, e “conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2021) que, nas escolas particulares, devem ser aprovados previamente pelos responsáveis dos estudantes. O movimento ESP chama de “Ideologia de gênero” temas relacionados à discussão sobre gênero e sexualidade, com o objetivo de esvaziar o debate sobre esses assuntos.

O projeto explicita a proibição de atividades político-partidárias através dos grêmios estudantis e, por último, estimula que as escolas gravem as aulas, ou que os estudantes gravem vídeos de seus professores que abordam estes assuntos de maneira não considerada neutra e imparcial para o movimento.

Normalmente, falar sobre desigualdade social, racial, de gênero ou orientação sexual é atribuído à esquerda e repudiado entre os apoiadores do movimento. Segundo Luis Felipe Miguel (2016, p. 601), ao trazer a ideologia de gênero para o debate, os apoiadores do ESP ganharam aliados de peso e um discurso capaz de causar repercussão de forma imediata.

### 3. O ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS VARIAÇÕES

O anteprojeto de leis e decretos criado por Miguel Nagib serve como base para que políticos ou qualquer cidadão possam apresentar as ideias defendidas pelo programa na Câmara dos Deputados, no Senado ou no Congresso. Ao longo dos anos, o anteprojeto passou por algumas alterações.

O projeto de lei apresentado por Flávio Bolsonaro em 2014 aborda questões políticas, socioculturais e econômicas. Porém, no final de 2015, foi adicionado um parágrafo que visa proibir discussões a respeito de gênero dentro da sala de aula, no ensino fundamental e médio. Dessa forma, mesmo que exista um anteprojeto comum (ESP versão 2.0 246/2019, disponível no site do ESP), existem diferentes versões que circulam pelo país. Segundo Fernanda de Moura e Renata da Silva (2020), as categorias dos projetos criados são: o Escola

sem Partido: os que seguem fielmente o anteprojeto; os Tipo Escola sem Partido: seguem os ideais mas não usam o anteprojeto de forma total; Antigênero e Infância sem Pornografia: censuram gênero e sexualidade.

No dia 15/02/2021, foi aprovado na Câmara de Vitória (ES) o PL 15/2021 intitulado Infância sem Pornografia, de autoria do vereador Gilvan da Federal. O projeto de lei tem o objetivo de “proteger a integridade e dignidade sexual de crianças e adolescentes” (VITÓRIA, 2021). O autor acredita que cabe à família criar e educar os filhos e fornecer a educação “moral e religiosa”. Os projetos nessa categoria se aproximam de um fundamentalismo religioso e buscam proibir debates sobre gênero, sexualidade e religiões que não sejam cristãs, com a justificativa que esses temas devem ser abordados pela família ou aprovados pela família antes de serem ensinados nas escolas. No projeto de lei, Gilvan afirma que educação sexual e combate à discriminação são temas usados apenas para “manipular o entendimento de crianças e adolescentes sobre sexualidade” (VITÓRIA, 2021).

Na esfera municipal, em Salvador (BA) foi aprovado em 2017 projeto de indicação referente ao Escola sem Partido (111/17). O autor Alexandre Aleluia, do partido Democratas (DEM), afirma que há coação, censura e julgamento de alunos por parte dos professores que deveriam apenas ensinar de forma neutra. Afirma, também, que o ensino foi substituído por doutrinação e que isso se prova através de estatísticas que atestam o baixo rendimento dos estudantes. A lei obriga a fixação de cartazes com os deveres do professor, os mesmos do anteprojeto de Nagib.

Em Juazeiro do Norte (CE) foi aprovada a lei 4853 em maio de 2018, a lei veda a ideologia de gênero na rede pública municipal de ensino. Os autores Demontier Agra e Damian de Firmino acreditam também que cabe à família dos estudantes ensinar sobre questões morais e religiosas aos estudantes, no documento há diversas passagens do anteprojeto de Miguel Nagib.

Estes são alguns dos projetos de lei aprovados, mas ao todo, de acordo com o levantamento feito por Fernanda de Moura e Renata da Silva (2020), em 2014, 16 projetos foram propostos; em 2015, 26; em 2016, 23; em 2017, 122; em 2018, 20; e em 2019, 5. E as leis que entraram em vigor: em 2014, apenas 1; em 2015, 4; em 2016, 3; e, 2017, 30 e em 2018, 21. Os temas são Escola sem Partido e suas variações, proibições sobre o debate de gênero, sexualidade e religião e Infância sem Pornografia.

Segundo Fernanda de Moura e Renata da Silva (2020), até novembro de 2020 foram mapeados 247 projetos de censura à liberdade de aprender e ensinar. Mesmo com o elevado número de projetos apresentados, poucos foram aprovados. Apesar disso, o tema ganha força simbólica e social através de debates em diferentes esferas sociais. As autoras atentam ao crescimento do movimento de militarização de escolas públicas, que, de certa forma, atuam com o mesmo discurso conservador em relação à educação.

#### 4. ESP NA MÍDIA

O Escola Sem Partido foi criado em 2004 e durante pelo menos 10 anos não foi amplamente divulgado, nem teve adesão da população. Depois do PL 2974/2014 de Flávio Bolsonaro, ocorreu, a partir de 2015, um aumento considerável em relação aos projetos de lei que começam a ser apresentados e o tema passa a ser discutido pela população, ganhando destaque, principalmente, através das redes sociais.

Em 2017, segundo Fernanda de Moura e Renata da Silva (2020, p. 17), a direita utilizou o ESP como discurso para resolver a educação no cenário nacional. As autoras chamam atenção para o dia de mobilização pelo Escola Sem Partido, organizado pelo MBL<sup>4</sup> no dia 15 de agosto de 2017. Mesmo tendo pouca adesão nas ruas, é notável o aumento dos projetos de lei apresentados após os estímulos do MBL. Neste momento, o movimento ganha cada vez mais força nas redes sociais e começa a aparecer nos veículos de mídia. Mesmo não tendo um grande número de projetos aprovados, pautas conservadoras estão em foco.

Observei veículos de mídia de grande circulação, as revistas Veja e Folha de São Paulo, e busquei o que foi falado sobre o Escola sem Partido entre 2016 e 2019. A escolha das duas revistas se deu devido à popularidade. A Revista Veja é uma das maiores revistas de circulação nacional, assim como a Folha de São Paulo, ainda, apresentam perspectivas diferentes para o mesmo objeto<sup>5</sup>.

Na Revista Veja, a maioria das notícias entre 2016 e 2018 noticia o Escola sem Partido de forma positiva, há colunistas que concordam com os ideais do movimento e defendem que deva existir uma lei que garanta que estudantes de escolas públicas tenham

---

<sup>4</sup> O MBL (Movimento Brasil Livre) foi criado como um movimento de protesto contra o governo Dilma e hoje atua através das redes sociais, através de núcleos estaduais (em mais de 20 estados e 150 cidades, de acordo com o site do movimento).

<sup>5</sup> Para adequar a formatação do artigo, optei por não trazer as notícias analisadas, porém, elas podem ser vistas na íntegra na monografia. Link de acesso: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24781>

suas opiniões protegidas. Além disso, acusa os professores de doutrinação ideológica nas escolas e perseguição de alunos que têm diferentes opiniões políticas.

O movimento é retratado de forma positiva quando a matéria aborda e concorda com seus principais pontos, isto é, que a neutralidade deve ser buscada dentro das escolas e que a prática profissional dos professores, principalmente das disciplinas que compõem o grupo das ciências humanas, deve ser observada de perto a fim de evitar o que o movimento chama de doutrinação política e ideológica.

De fevereiro a outubro de 2018 não constam matérias sobre o Escola sem Partido. Após a eleição de 2018, as principais matérias que citam o Escola sem Partido associam políticos a favor do movimento ao governo que entraria em vigência.

Na Folha de São Paulo, entre 2016 a 2019, há um grande número de notícias abordando o tema. Durante o ano de 2016 o ESP é associado às ocupações nas escolas, sendo uma das reivindicações dos estudantes, assim como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 e a reforma do ensino médio. Em 2017, além de matérias críticas ao ESP, há também matérias que mostram influências negativas do movimento. Desse modo, o movimento é retratado de forma negativa à medida que seu conteúdo é questionado e criticado.

Em 2018, temas conservadores como o Escola sem Partido são explorados nas campanhas eleitorais e associados às *fake news*. Em 2019, na maioria das matérias, é evidenciada a influência do ESP na educação e as tentativas dos apoiadores de coibir o que chamam de debates ideológicos dentro do ambiente escolar.

Segundo Frigotto (2017) o discurso do Escola sem Partido é promovido por um núcleo empresarial e seus intelectuais e acompanha as mudanças ocorridas no campo da educação nos últimos anos.

A mídia conservadora endossa o discurso do Escola sem Partido, que busca, através da religião e da moral, legitimidade para impor de que forma o professor deve dar aulas, sem levar em consideração a realidade da educação no Brasil. Dessa forma, os apoiadores do ESP empenham-se em impedir que estudantes tenham acesso a discussões importantes, principalmente os conteúdos das Ciências Humanas. Ainda, retiram a autonomia e questionam o papel do professor em sala de aula, não de forma crítica, mas ao impor uma neutralidade do conhecimento que é impossível de ser alcançada. Dessa forma, o Escola sem Partido é um dos elementos do discurso conservador que reforça a ameaça à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias e concepções de mundo.

## 5. CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO

Michael Apple (2003), em seu livro *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*, discorre sobre como grupos conservadores se organizam para atacar a educação e as escolas no contexto estadunidense. Para ele, a Nova Direita é um movimento plural, que tem pontos em comum e pontos discordantes, mas mais importante do que isso, se articula e faz parte de muitas transformações sociais, contrariando a ideia de que cabe à esquerda do espectro político lutar por mudanças, isto porque os grupos de esquerda pensam na justiça social.

Segundo o autor, “um dos objetos mais importantes da atuação direitista é mudar nosso senso comum, alterando o significado das categorias mais básicas, as palavras-chave que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o nosso lugar nele” (APPLE, 2003, p. 11).

Pensando no contexto de ataque à educação no Brasil, o Escola sem Partido é um movimento social direitista que altera o significado de categorias e conceitos, como até mesmo o próprio nome, “sem partido”, usado como sinônimo de neutralidade para ocultar a sua posição ideológica conservadora. Conceitos como cultura, sexualidade e gênero são outros exemplos.

O conceito de gênero passou por inúmeras alterações com o passar do tempo, segundo Adriana Piscitelli (2009) pode ser compreendido da seguinte forma:

[...] o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade, e como essas noções embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis e transexuais, não se deixam classificar de maneira linear apenas como homens e mulheres. (PISCITELLI, 2009, p. 146).

A interpretação do Escola sem Partido sobre o conceito de gênero é o oposto do que é formulado e reformulado pelas pensadoras feministas. Para o ESP, é um assunto que deve ser proibido em sala de aula, principalmente por contrariar o que entendem como família tradicional. O tema é frequente nos projetos de lei através de duas das categorias pensadas por Fernanda de Moura e Renata da Silva (2020): *Infância sem Pornografia*, que “visa proibir a discussão sobre gênero e sexualidade usando, no entanto, uma suposta proteção da infância contra pornografia como meio para isso” (MOURA, SILVA, 2020, P.7), além disso, associa pedofilia a homossexualidade. E a categoria Antigênero, que é “tanto um tipo como um



subtipo” (MOURA, SILVA, 2020, P.7), pois podem ser projetos com o único objetivo de censurar a educação em gênero e sexualidade ou aparecem como artigos ou parágrafos presentes em projetos de outra categoria.

Para Apple (2003), a Nova Direita - ou a aliança conservadora -, é composta por quatro elementos principais: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média. Os neoliberais são os maiores comprometidos com o mercado e com a difusão da ideia de que tudo o que é público não pode ser de qualidade. Os neoconservadores apresentam uma visão deslumbrada do passado e representam grande parte dos apoiadores do ESP, justamente por buscarem a moralidade que acreditam que existia nas escolas. Os populistas autoritários são os fundamentalistas religiosos, e a nova classe média são os profissionais qualificados em ascensão.

Os neoliberais e os neoconservadores são os maiores aliados dentro desta aliança, mesmo com objetivos contraditórios. Enquanto o primeiro grupo entende que o Estado deva ser mínimo e não exercer influência sobre a vida pública, o segundo acredita que o Estado deva ser forte e controlador. O Escola sem Partido se mostra como uma expressão sólida da agenda conservadora, pois seus apoiadores questionam a esfera pública e entendem a educação como apenas mais um produto, como os neoliberais, ao mesmo tempo em que têm uma visão deslumbrada do passado e defendem seus princípios morais, como os neoconservadores. O movimento tem, ainda, o apoio dos fundamentalistas religiosos e de uma parcela considerável da nova classe média.

O pensamento de Luis Felipe Miguel (2018) vai ao encontro com o de Apple (2003) ao entender a direita como uma “confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum” (MIGUEL, 2018). Para ele, a extrema direita brasileira tem três eixos: libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo.

A aliança entre os conservadores no Brasil tem semelhanças com a aliança entre os conservadores estadunidenses. Luis Felipe Miguel (2018) nos mostra que mesmo que o libertarianismo acredite na autonomia e na liberdade individual, ou seja, na teoria, acreditam em liberdade sexual, legalização de drogas, etc., na prática, seus principais aliados são os cristãos fundamentalistas, cujo discurso “costuma apresentar o reforço da família tradicional como compensação para a demissão do Estado das tarefas de proteção social – Estado que é o inimigo comum, seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade

patriarcal ao determinar a proteção aos direitos dos outros integrantes do núcleo familiar” (MIGUEL, 2018, p. 19).

A aliança entre neoliberais e neoconservadores pode ter pontos contraditórios entre si, porém, exerce forte influência no cenário educacional brasileiro, seja através do crescimento do movimento de militarização de escolas públicas, da reforma do ensino médio e do próprio Escola sem Partido.

Segundo Silva, Brito e Nunes (2020), a nova direita do Brasil surgiu nas eleições de 2014. Embora Dilma Rousseff tenha sido eleita, representantes da ala conservadora passaram a ocupar o Congresso Nacional e se articular para que Dilma não pudesse governar. Foi neste contexto que Dilma Rousseff sofreu um impeachment e quem passou a governar o país foi seu vice, Michel Temer. Temer adotou medidas que incorporam características do velho conservadorismo, aliado aos ideais do neoliberalismo (SILVA, BRITO, NUNES 2020, p. 32): “adotou uma agenda neoliberal e atingiu políticas sociais na área da saúde, previdência social e educação”.

Segundo Ribeiro, Silva, Cardoso, Nunes (2018 apud SILVA, BRITO, NUNES 2020) o Estado burguês, a família burguesa e a iniciativa privada são elementos que se unem com o propósito de obter lucro e explorar o proletariado. As decisões tomadas por Temer seguem esta lógica e vão ao encontro com os objetivos do atual presidente eleito, Jair Bolsonaro. Portanto, neste movimento não apenas o campo educacional é atingido, mas as políticas públicas propostas pelos partidos conservadores atingem outros setores da sociedade e intensificam a desigualdade social. Ainda segundo as autoras “através de medidas antidemocráticas, por meio de ataques aos direitos dos trabalhadores e a qualquer discurso que defenda as questões de gênero, sexualidade, entre outros”(SILVA, BRITO, NUNES 2020, p. 32).

## 6. RESULTADOS

A fim de conhecer percepções de professores sobre manifestações de conservadorismo no cotidiano da sala de aula, a metodologia escolhida foi a realização de entrevistas estruturadas com 10 professores da educação básica. Através do aplicativo *Whatsapp*, troquei áudios com os professores, o que reduziu o tempo de realização, possibilitou que eu entrevistasse professores de diferentes cidades e estados e evitou o contato com outras pessoas durante a pandemia da covid-19. O roteiro das entrevistas consiste em perguntas iniciais para identificar o perfil dos professores (gênero, cor/etnia,

idade, tempo de sala de aula, qual disciplina ofertam, qual sua formação e a rotina da profissão, se trabalham apenas em escolas públicas e/ou privadas). Além destas, foi perguntado como cada professor percebe a manifestação do conservadorismo no ambiente escolar e o que pensam sobre isso, se conhecem o movimento Escola sem Partido e se este tema já se manifestou em seus ambientes de trabalho.

No quadro abaixo, é possível analisar o perfil dos entrevistados, identificados através de nomes fictícios:

Nome	Gênero	Cor/etnia	Idade	Tempo de profissão	Trabalha em instituições públicas ou privadas	Disciplina
Marcos	Homem cis	Negro	30 anos	7 anos	Apenas escolas privadas	História
Sônia	Mulher cis	Branca	29 anos	8 anos	Escolas públicas e privadas	Sociologia
Cíntia	Mulher cis	Branca	37 anos	15 anos	Escolas públicas e privadas	Matemática
Miguel	Homem cis	Branco	31 anos	9 anos	Apenas escolas privadas	História
Carla	Mulher cis	Branca	32 anos	12 anos	Escolas públicas e privadas	Geografia
Cláudia	Mulher cis	Parda	56 anos	32 anos	Escolas públicas e privadas	Biologia
Amanda	Mulher cis	Branca	38 anos	12 anos	Escolas públicas e privadas	Geografia
Juliana	Mulher cis	Branca	29 anos	10 anos	Escolas públicas e privadas	Sociologia
Vânia	Mulher cis	Negra	31 anos	8 anos	Escolas privadas	Literatura
Jorge	Homem cis	Branco	34 anos	10 anos	Escolas privadas	Biologia

Quando perguntados sobre a percepção do conservadorismo no ambiente escolar, apenas a professora Cíntia, de Matemática, diz não perceber. A professora Cláudia, de Biologia, afirma que nota de maneira superficial e não de parte dos professores, da coordenação e direção escolar, apenas de um pequeno número de pais de alunos. Os outros professores entrevistados percebem expressões do conservadorismo através de diferentes formas, para o professor Marcos: “[...] Então a educação é um grande reflexo desse momento despolitizado, pelo qual nós temos que ter muita atenção enquanto professores, com as palavras que a gente utiliza, com o que a gente fala em sala de aula, com o que a gente

escreve no quadro”. Neste caso, o professor de História acredita que o contexto social, econômico e político tem aumentado os casos em que o conservadorismo aparece em sala de aula.

Assim como o professor Marcos, a professora de Geografia, Carla, percebe o conservadorismo no ambiente escolar, principalmente após o golpe que retirou Dilma do poder, durante o governo Temer e, principalmente, durante o período eleitoral em 2018: “Sim, eu percebo uma manifestação bem forte do conservadorismo no ambiente escolar, principalmente nos últimos cinco anos. Isso, principalmente, relacionado a temas que são considerados polêmicos, embora eu não ache nem um pouco polêmicos. [...]”. Enquanto Amanda, também professora de Geografia, relata que:

A escola que eu estava tinha sido escolhida como escola modelo pra ser uma escola militarizada e acabou que essa discussão surgiu na escola, né? Fizeram uma votação pra saber se a escola queria se militarizar, na época da eleição a maioria acabou dizendo que sim, porque junto com a militarização também foi prometido uma verba extra pra escola e as pessoas acabam sendo mercenárias mesmo, né? Eu fiz uma campanha contra, alguns professores também, mas votava a comunidade escolar inteira, os pais foram seduzidos pelo discurso, né? De que a escola ia ter mais recurso, de que o militar na escola ia garantir disciplina pros alunos e tal. Então essa foi uma situação direta que eu vivi, né? Inclusive uma pessoa da secretaria disse que a gente teria a volta de algumas disciplinas como moral e cívica, essas coisas assim, né? [...].

Para Luis Felipe Miguel (2016), a partir de 2010 ocorreu um avanço no debate público sobre ideias conservadoras. Para o autor, após a ditadura civil-militar, o combate à desigualdade e a defesa dos direitos humanos eram consenso entre as forças políticas relevantes. Dessa forma, a união entre o “libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2016) resultam nas ações contra os movimentos progressistas e impulsionam o discurso contra o que é considerado de esquerda. Este discurso foi fundamental para a eleição do presidente de extrema direita Jair Bolsonaro, ao passo que sua campanha eleitoral utilizou discursos antidemocráticos, fundamentalistas e até mesmo através de fake news, como exemplo, o próprio movimento Escola sem Partido.

Todos os professores entrevistados conhecem o movimento Escola sem Partido. A única opinião divergente quanto ao tema é da professora Cíntia, que acredita que o movimento não tenha importância no cotidiano escolar. Para os outros professores, principalmente os que ofertam as disciplinas História, Geografia e Sociologia, o Escola sem Partido representa um ataque quanto à prática profissional do professor dentro de sala de aula.

Marcos relata que foi exposto pelo *Facebook* do ESP em 2016, Sônia cita dois casos de professores perseguidos por grupos de direita próximos a ela. Assim como Amanda: “Já na época da eleição do Bolsonaro em 2018, eu tive uma situação em que um aluno gravou uma professora que tava falando sobre política, como uma forma de inibir, né? E foi uma pessoa muito próxima a mim [...]”.

Dos 10 professores entrevistados, apenas duas (Cíntia e Vânia) apontam que o Escola sem Partido nunca se manifestou de maneira expressiva em seus ambientes de trabalho. Os outros professores já foram expostos, ou tiveram suas aulas questionadas/gravadas. Os que nunca passaram por essa situação, como relata a professora Amanda, têm conhecimento de situações parecidas ocorridas com professores próximos. Isso faz com que a sala de aula não seja um ambiente confortável para trabalhar, gera medo, ansiedade, e faz com que assuntos considerados polêmicos, porém essenciais, deixem de ser trabalhados ou sejam trabalhados de maneira superficial. Dessa forma, mesmo que os projetos de lei com o nome do Escola sem Partido, ou suas variações, em sua maioria não tenham sido aprovados, o movimento com sua força simbólica e social causa medo e insegurança para os professores em seus ambientes de trabalho. Isto ocorre com os professores entrevistados, principalmente, entre os que trabalham apenas em escolas particulares.

Esta insegurança parece ocorrer principalmente entre os professores que ofertam disciplinas da área de humanas, mas também atinge docentes de outros campos de conhecimento. Para a professora Cláudia, de Biologia, o movimento Escola sem Partido busca cercear alguns assuntos: “e eu não posso falar de sexo, de sexualidade, de Darwin, né? Porque vai contra as ideias religiosas de algumas pessoas. Eu não posso falar de sexo como uma função biológica e tudo que diz respeito a isso, isso é a Escola sem Partido, né?” Ao mesmo tempo, se sente segura, já que “Mas graças a Deus nas escolas que eu trabalho eu tenho total liberdade pra falar sobre os assuntos que competem à minha disciplina.”. Ao contrário de Marcos, de História, que relata o cuidado que tem em discussões que envolvam “os padrões tradicionais, família, pátria” e Carla, professora de Geografia, que cita “a questão do meio ambiente, da liberdade de expressão, dos direitos humanos, questões políticas, geopolítica, América Latina, então, até falar sobre coisas que eram consideradas bobas na América Latina, hoje são consideradas de esquerda”.

“O movimento Escola sem Partido defende que apenas a família e a religião podem educar, e os professores devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho” (PENNA, 2018, p. 129). Sendo assim, os professores estão

sendo vigiados ao trabalhar questões como gênero, sexualidade, política, dentre outros. Temas estes que proporcionam ao estudante a construção do pensamento crítico, desnaturalizam preconceitos.

As professoras Cláudia e Juliana falam do movimento Escola sem Partido como um movimento inconstitucional, porém, assumem que o mesmo não existe mais, respectivamente: “A Escola sem Partido é um projeto que está arquivado e assim vai ficar, se Deus quiser, né?”, “nós temos garantido, né? Constitucionalmente, em termos de documentos da educação, o direito de trabalho sobre os direitos humanos, sobre o combate à discriminação étnico-racial, de gênero, de classe etc.”. As professoras acreditam que a inconstitucionalidade do movimento faz com que o mesmo não exista mais, além disso, ignoram o fato do movimento ter conseguido aprovar projetos de lei por todo o território nacional.

Foi através do anteprojeto criado por Miguel Nagib, criador do Escola sem Partido, e disponibilizado no site oficial do programa que outros projetos de lei com o mesmo objetivo foram aprovados. Porém, apesar disso, mesmo onde as propostas não foram convertidas em lei, o impacto deste discurso pode ser percebido no cotidiano das escolas (PENNA, 2018). O que faz com que os professores sintam medo de abordar conteúdos importantes, necessários e garantidos por lei.

## 7. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre o Movimento Escola sem Partido e discutir seus impactos na educação nacional, dentro e/ou fora de sala de aula. O movimento se articula a fim de impor deveres ao professor, até mesmo o que falar ou deixar de falar. Isto inclui o debate de gênero, étnico/racial, e tantos outros que impedem a promoção de um ensino contra o racismo, LGBTQfobia, desigualdade de gênero e classe.

Miguel Nagib, criador do movimento Escola sem Partido, disponibiliza um anteprojeto de lei e decreto que permite que outras pessoas possam apresentar na Câmara, Senado ou Congresso. O anteprojeto resultou em outros projetos de lei, como o que proíbe a discussão sobre gênero e sexualidade em sala de aula, que leva o nome de Infância sem Pornografia. Dessa forma, o movimento pode ser considerado um ataque à liberdade do professor ensinar de maneira crítica e reflexiva quanto às desigualdades sociais.

O Escola sem Partido passa a ser amplamente divulgado em veículos de grande circulação, como a Veja e a Folha de São Paulo, e seus ideais ganham força entre os

conservadores. Mesmo tendo um nome que sugere neutralidade, são os políticos conservadores que, além de apresentar os projetos de lei, divulgam nas redes sociais e utilizam como parte fundamental da campanha eleitoral, como o Presidente eleito em 2018 Jair Bolsonaro, e sua família.

Neste trabalho, faço uma análise do conservadorismo (ou movimentos de Direita) à luz de Michael Apple (2003), que compreende o movimento como uma aliança entre quatro elementos: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média. Seus integrantes questionam a esfera pública, estimulam o ensino privado e processos de privatização e entendem a educação meramente como um produto. Nesse sentido, os grupos conservadores se articulam e atacam a educação de formas diferentes, como por exemplo, através da proposta do Novo Ensino Médio em 2016, assim como através do movimento de militarização das escolas públicas a partir de 2018, no governo Bolsonaro.

Através das entrevistas realizadas com 10 professores da educação básica, pude notar que a maioria percebe um aumento da expressão conservadora no ambiente escolar, que estimula o discurso contra o que é considerado de esquerda. Entre os exemplos citados pelos professores entrevistados estão: discutir questões políticas na América Latina, falar de maneira crítica sobre o meio ambiente, ditadura militar, darwinismo, dentre outros. Sobre o Escola sem Partido, todos os professores conhecem e a maioria relata experiências de controle em relação à direção escolar, assim como episódios que envolvam um controle exacerbado de pais de alunos, fato que resulta em uma insegurança de estar em sala de aula, assim como de perder seus empregos. Além disso, faz com que assuntos necessários deixem de ser abordados.

Por último, cabe ressaltar que é necessário enfrentar o discurso conservador que busca definir os rumos da educação. Como nos ensinou Paulo Freire (2001), é impossível buscar o caráter neutro da educação, devemos reconhecer sua politicidade se desejarmos uma prática crítica e reflexiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Perguntas frequentes**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/transparencia/aceso-a-informacao/copy\\_of\\_perguntas-frequentes](https://www2.camara.leg.br/transparencia/aceso-a-informacao/copy_of_perguntas-frequentes) Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. Câmara Municipal. **Projeto de lei n. 15/2021**. Câmara Municipal, Vitória, 2021. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=219059&tipo=1&autor=280> . Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Câmara municipal. **Projeto de lei n. 4853/2018**. Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Disponível em: <https://www.juazeironorte.ce.gov.br/relatorio.php?id=1&rel=IEFORCAoTIRpcG9BcnEgPSA2IE9SIE5UaXBvQXJxID0gMjAgT1IgtIRpcG9BcnEgPSAyMiBPUiBOVGlwb0FycSA9IDMxKQ==> . Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei n. 246/2019**. Institui o "Programa Escola sem Partido". Brasília: Câmara dos deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752> . Acesso em: 5 out. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. Escola Sem Partido. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org> Acesso em: 20. out. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Posição 135-331. Edição Kindle.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.)

MOURA, Fernanda Pereira de; Silva, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaza, 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

SILVA, D. O. V.; BRITO, V. L. F.; NUNES, C. P. Neoconservadorismo e educação brasileira. **Educação e Fronteiras On-line. Dourados**, v. 10, n. 30, p. 25-41, set / dez 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/11886> Acesso em: 20 nov. 2021.